Total do ativo

COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial

<u>444.112</u> <u>395.471</u> <u>455.031</u> <u>411.454</u>

CNPJ nº 42.169.838/0001-53

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, relativas aos exercícios encerrados Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) Controladora 2022 2021 Consolidado 2022 2021 Controladora Consolidado explicativa explicativa 2022 Ativo Passivo e patrimônio líquido Ativo circulante Caixa e equivalentes de caixa 14.315 15.296 Fornecedores 11.903 Contas a receber 58.129 28.983 62.316 33.611 Empréstimos e financiamentos 11 7.952 10.373 1.969 7.500 10.307 7.500 10.494 Salários, provisões e contribuições sociais Tributos e contribuições a recolher 15.000 15.000 Partes relacionadas 10 Estoques 6.198 6.388 8.440 2.953 10.128 4.512 Impostos a recuperar Outros ativos Total do ativo circulante 12 204 135 331 Parcelamento de tributos 3.779 3.779 Imposto de renda e contribuição social a pagar 4.399 55.769 7.422 89.212 12 324 324 Seguros Ativo não circulante Outros passivos 1.990 1.822 3.784 3.804 Contas a receber 5 834 492 834 492 6 339.204 331.396 347.514 343.940 Total do passivo circulante Passivo não circulante 39.313 25.060 47.068 Partes relacionadas Imposto de renda e contribuição social diferidos Fornecedores 33.964 49.415 33.964 49.415 10.292 1.054 10.292 1.070 Tributos e contribuições a recolher Depósitos e valores vinculados 1.284 1.302 Parcelamento de tributos 16.562 16.562 Despesas antecipadas 2.088 183 2.088 183 Imposto de renda e contribuição 2.373 2.420 Outros ativos 2.377 social diferidos 43.842 6 26.380 Partes relacionadas 7.985 Investimentos 2.238 28.033 Imobilizado <u>1.387</u> <u>1.554</u> <u>1.644</u> <u>2.228</u> 359.470 339.702 365.819 350.531 Receita diferida 7.135 1.519 7.139 1.519 14.301 12.870 Total ativo não circulante Provisão para perdas em investimentos Provisões para contingências 587 102.947 <u>587</u> <u>587</u> <u>587</u> <u>587</u> 95.838 106.112 103.016 Total do passivo não circulante Capital social 13 301.105 301.105 301.105 301.105 241 394 241 394 506 (26.926) 505 (26.926) 301.852 274.573 301.851 274.573 Outras reservas Reservas de lucros Total do patrimônio líquido

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expi Nota Capital Outras Prejuízo Participação de Total <u>social</u> 301.105 acumulado (31.774) reservas (2.329) consolidado 267.002 Saldos em 31 de dezembro de 2020 267.002 Lucro do exercício 4.848 4.848 4.848 Outros resultados abrangentes Saldo em 31 de dezembro de 2021 301.105 (26.926) Lucro do exercício 27.432 27.432 27.431 Outros resultados abrangentes (153) 27.279 (153) (153)Total do resultado abrangente do exercício 27.432 (153)As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis Saldo em 31 de dezembro de 2022 301.852 301.851

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Total do passivo e do patrimônio líquido

444.112 395.471 455.031 411.454

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Diraidada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Italm Bibi na cidade de São ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de Paulo - SP. A Companhia tem como acionistas a Construtora COESA S.A. e a COESA tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa re Participações e Engenharia S.A. (*COESA P&E") (nota 1.2 e 13) e tem como objeto social a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada; inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral; compra e venda de imóveis próprios; locação de bens móveis; serviços de draga-gem e transporte; navegação marítima; fluvial e lacustre; manutenção e montagem indus-trial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; sem-

trial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Extenor. 1.1. Recuperação judicial do Grupo COESA: Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e sequintes da Le inº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos dise racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos dise racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1º Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1º Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, 1, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Em 24 de Outubro de 2022, O Mm. Juízo da 1º Vara de Falências e Recuperação Judicial (art. 52, Capital da Comarca de São Paulo/SP, Homelorque, com Baséa. tores Luda. Em 24 de Outubro de 2022, O wim. Julzo da 1º vará de Palencias e necuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, Homologou, com Ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial Unitário Apresentado pelas Devedoras e Aprovado pelos Credores em Assembleia, bem como Concedeu a Recuperação Judicial à Coesa Participações e Engenharia S.A., Construtora Coesa S.A., Coesa Construção e Montagens S.A., Coesa Engenharia Ltda., Coesa Logística e Comércio Exterior S.A., OAS Investments Limited e OAS Finance Limited. 1.2. Reestruturação societária Grupo COEvestments Limited e OAS Finance Limited. 1.12. **Heestruturaçao societaria Grupo COE- SA**: Em 31 de março de 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) ("Metha")
com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma
reorganização societária em seu grupo empresarial, alienou as ações da Construtora
COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A.) para a sua então subsidiária
integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) ("COESA P&E"). Em 20 de abril de 2021, a Metha realizou aumento de capital na
sua então controlada direta COESA P&E, apurado com base em laudo de avalalação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e diretos: i) Investi-mento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.), EPP Energia Elétrica, Promoção e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solace Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman). ii) Créditos e débitos de conta corrente intercompany. Em 14 de maio de 2021, a Metha alienou sua participação na COESA P&E ao FIP ZEGAMA. Em 02 de julho de 2021, a Menta PZEGAMA alienou suas ações da COESA P&E para a COESA S.A. 1.3. Entidades da

Participação direta no capital social 2022 2021 <u>Controlada</u> COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Portugal Portugal 100.00% 100.00% COESA Construção e Montagens S.A. -COESA Construção e Montagens S.A. Sucursal Argentina
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Peru
COESA Construção e Montagens S.A. Sucursal Costa Rica
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Panamá
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Panamá
OAS Engineering Namíbia ("COESA Construção e Montagens - Namíbia")

Namíbia 100.00% 100.00% 100,00% 100,00% 100,00% 100,00% 100,00% 100,00% Namíbia 100 00% 100 00%

Companhia: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Participação direta

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações foram preparadas de a contabels induvidas e consideradas incluidadas incluidas de accivido com as primar begiandas de accivido com as primas internacionais. As práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as normas internacionais. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas internacionais de relatório financeiro (*Internationa* Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Bord ("IASB"). A administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 25 de abril de 2023 e consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas que são utilizadas pela Administração, para tomada de decisão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos nanceiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e do exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moe da funcional da Companhia e suas controladas é o real e todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais (moeda de apresen tação), exceto quando indicado de outro modo. "As demonstrações contábeis individu e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais". 2.3. Políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: 1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo riferistratos ao custo arino fuzado, que correspondem a os ativos que o objetivo e mante-to até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham, exclusivamente, pagamen-to de principal e juros sobre o saldo em aberto. 2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. 3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem às condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial, a Com-

panhia irá avaliar, individualmente, cada ativo para classificá-lo, de acordo com as estra-

tégias e modelos de negócio da Administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quan-

do: A instituição não tiver expectativas razpáveis de recuperar o ativo financeiro em sua odo. A instituição não tivos expectativas accesers de tecuperar o divo infanceiro em sua totalidade ou parte dele. 1. A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. <u>Passivos financeiros</u>: Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No re-conhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado, quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. b) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização. c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: c) lmobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou de realização: con de aquisição de aquisiç construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumu-ladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diference antre o velor (civido da venda e o velor contábil do ativo, e são individos na demondo. rença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demons tração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. d) <u>Investimentos e base de consolidação</u>: d.1) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (in cluindo entidades estruturadas), controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem pode sobre a investida: • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia errames da investida el comita de la compania considera to-em uma investida são sufficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera to-dos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participa-ções dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controla-da adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controla-das é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando ontroladas são a suas políticas contábeis áquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades controladas são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controla dos em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial d.2) Mudancas nas participações da Companhia em controladas existentes: Nas demonsnacional de la participación de la controla de la c como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participa-ções nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações, pagas ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reco-nhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o valor justo das oristoriações recebidas e ao valor justo da participação residual, e lijo saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis), d.3) Investimentos em coligadas e joint ventures: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acor do possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint que compartimam o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patri-

em 31/12/2022 e 31/12/2021.				Α	Diretoria			
Demonstrações dos resultados para o exercício findo								
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021					eais - R\$)			
	Nota	Cont	roladora	Cons	solidado			
ex	plicativa	2022	2021	2022	2021			
Receita líquida	14	49.668	90.423	49.668	90.423			
Custos dos serviços prestados	15	(46.045)	(90.067)	(46.045)	(90.067)			
Lucro bruto		3.623	356	3.623	356			
Despesas gerais e administrativas	15	(5.150)	(6.010)		(7.147)			
Outras receitas (despesas) - líquidas	15	(7.678)	_(5.271)	_(7.589)	(5.271)			
Receitas (despesas) operacionais		(12.828)	(11.281)	(13.719)	(12.418)			
Lucro (prejuízo) antes da equivalência,								
receitas (despesas) financeiras e impos	tos			(10.096)	(12.062)			
Resultado de equivalência patrimonial	7	()	122	-	-			
Provisão para perdas em investimentos	7		(1.545)					
Prejuízo antes do resultado financeiro e in	mpostos			(10.096)				
Receitas financeiras		26.596	29.080	26.803	29.486			
Despesas financeiras		(3.610)			(8.473)			
Resultado financeiro	16	22.986	21.299		21.013			
Lucro antes dos impostos		12.324	8.951	12.324	8.951			
Imposto de renda e contribuição social	17							
Correntes		838	-	838	-			
Diferidos			_(4.103)	_14.270				
Lucro do exercício		27.432	4.848	27.432	4.848			
As notas explicativas da administração sã	o parte in	tegrante c	las demoi	nstrações	contábeis			
Demonstrações dos resultado	s abrang	entes pa	ra o exer	cício find	0			
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	(Valores	expresso	s em milh	ares de r	eais - R\$)			
		<u>c</u>	ontrolad	ora Cons	solidado			
			2022 2	021 202	22 2021			
Lucro do exercício		2	27.432 4.	848 27.4	32 4.848			
Outros resultados abrangentes a serem r	eclassific	ados						
para o resultado do exercício em períod	os subsed	quentes:						
Perda na conversão das operações com o			ior – 1.	835	- 1.835			
Perda na conversão com investimentos		_		<u>888 (15</u>				
Total do resultado abrangente do exercíci	0	2	<u> 27.279 7.</u>	<u>571</u> <u>27.2</u>	79 <u>7.571</u>			

Total do resultado abrangente do exercício As notas explicativas da administração são parte i		<u> 27.279 7.</u>	571 27.2	79 7.571
Demonstrações dos fluxos de cai				CONTADEIS
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valore				eais - R\$)
Nota	Cont	roladora	Con	solidado
explicativa	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	12.324	8.951	12.324	8.951
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos imposto	os com			
caixa líquido gerado pelas atividades operaciona	ais:			
	7 191	(122)	-	_
Depreciações e amortizações 15	5 196	36	583	434
Provisão (reversão) para perda				
em investimentos		1.545	-	-
Ganho (perda) na venda de imobilizado	()	(12)	-	(12)
Juros sobre aplicações financeiras	1.246	-	(6.290)	38
Provisões para contingências 12	2 –	129	_	129
Provisão para redução ao valor	(==0)		(0=4)	
recuperável ("impairment") 15		427	(871)	427
Outros	_	(28.767)	8.613	(28.767)
Aumento (redução) nos ativos operacionais	(00.400)	000	(00.475)	
Contas a receber	(29.488)		(29.475)	775
Impostos a recuperar	192	1.778		1.769
Depósitos e valores vinculados	231	(846)	231	(846)
Despesas antecipadas	(2.337)	2.540	, ,	2.540
Outros ativos Aumento nos passivos operacionais	(6.497)	(6.940)	(6.465)	(6.971)
Fornecedores	34.426	21.929	34.301	22.176
Salários, provisões e contribuições sociais	1.701	(4.238)	1.675	(4.178)
Tributos e contribuições a recolher	3.641	2.329	3.811	2.301
Receita diferida	5.617	(663)		(663)
Outros passivos			(47.138)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado	(40.505)	(0.204)	(47.100)	(0.204)
pelas atividades operacionais	(24.869)	(6.385)	(25.232)	(7.151)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(=)	(0.000)	(=0:=0=)	(,
Recebimento na venda de imobilizado	_	144	_	144
Aguisição de imobilizado	_	(158)	_	(158)
Caixa aplicado nas (gerado pelas)				
atividades de investimento	_	(14)	-	81
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados de terceiros 10	8.774	-	8.774	_
	18.847			69.628
		(64.554)		(65.376)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	24.784	4.689	25.184	5.352
Aumento no caixa e equivalentes de caixa				
antes do efeito da variação cambial	(85)	(1.710)	(48)	(1.718)
Efeito de variação cambial no caixa			(143)	(5)
Aumento (redução) no caixa				
e equivalentes de caixa	(85)	(1.710)	(191)	(1.723)
Caixa e equivalentes de caixa:	004	4 004	000	0.400
No início do exercício	281	1.991	399	2.122
No final do exercício	196	281	208	399
Aumento (redução) no caixa	(OE)	(1.710)	(101)	(1.702)
e equivalentes de caixa			<u>(191)</u>	
As notas explicativas da administração são parte i				
monial ao custo e ajustado em seguida para re				

resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na coligada ou joint venture), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em perdas legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*. e) <u>Tributação</u>: Impostos de renda e contribuição social correntes: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. f) <u>Outros ativos e passivos</u>: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores co-nhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. g) <u>Dis-</u> tinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes: A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. h) <u>Distribuição de dividendos</u>: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. i) Reconhecimento da receita: CPC 47/IFRS 15 -Receitas de contratos com clientes: O CPC 47/IFRS 15 introduz uma estrutura abrangen-te para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as normas CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção, ICPC 02/IFRIC 15 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e ICPC 11/IFRIC 18 - Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes. A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 47/IFRS 15 ao período comparativo de 2017 apresentado O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita de contratos de construção, que é substancialmente composta por obras de infraestrutura, é reconhecida evando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demons-trações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e aprovados pelo cliente em relação ao total dos custos orçados de cada contrato (método de porcentagem de conclusão - POC). Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado e aprovado pelo cliente com a finalidade de apurar a receita contábil. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes" no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo de execução da obra. Caso os valores recebidos de clientes sejam inferiores às receitas apropriadas, a diferença é registrada na rubrica "Contas a receber de clientes", no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Como a Companhia já adotava os princípios do CPC 47/IFRS 15 em suas demonstrações finan-ceiras, não houve mudanças na mensuração de suas receitas (receitas de contratos de construção e receita de vendas) para as obrigações de performance identificadas construção e receita de vertidas) para as congações dos fluxos de caixa foram continua → continua →



-* continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 da COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma) preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o onunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: 3.1. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS's e os CPC's, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) <u>Estimativas e premissas:</u> As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: a.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos: O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor es-timativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. a.2) Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas ado tadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em esti-mativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsá-vel. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. 3.2. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente: Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia as aplicará apenas na data de sua adoção inicial. <u>Alterações</u> nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS: O CPC 00 - Estrutura conceitual teve sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual ("Conceptual Framework") traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para vol, citerios patri recomirecimino, batas, mensitação, apresentação e uniquação para elementos patrimoniais e de resultado. <u>Outras normas alteradas e interpretações.</u> As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia: • Definição de um negócio dalterações ao CPC 15 - IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8). • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado: Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar a serem considerados para a classificação de fiens produzidos antes do infoliar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020: Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercicios iniciando em/ou após 01/01/2022. • Alteração da norma IAS 37 - Contrato onero-so: custo de cumprimento de um contrato: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso . Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. • Alteração na norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual: Esclarecca alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. 3.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alteração na norma IFRS 17 - Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante: Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Esclarece as-pectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de nor-ma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. • Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. • Alteração da norma IAS 12 -Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. A Administração da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção

inicial das referidas normas.					
4. Caixa e equivalentes de caixa:	Conti	oladora	Consolidado		
•	2022	2021	2022	2021	
Caixa e bancos	196	281	208	399	
	196	281	208	399	
Aplicações financeiras consideradas equiva					
mantidas com a finalidade de atender a comp	oromissos de	caixa de cı	urto prazo e	não para	
investimento ou outros fins.					
5. Contas a receber:	Conti	roladora	Cons	olidado	

5. Contas a receber:	Con	troladora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Prestação de serviços de Construção					
Governos	57.345	27.814	57.345	27.813	
Privados	1.618	1.661	1.968	2.030	
Partes relacionadas			3.837	4.260	
Total	58.963	29.475	63.150	34.103	
Circulante	58.129	28.983	62.316	33.611	
Não circulante	834	492	834	492	
Total	58.963	29.475	63.150	34.103	
6. Partes relacionadas: As operações e	ntre nartes r	elacionadas	da Comp	anhia são	

efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, referem-se a transações de conta corrente e sem a incidência de encargos financeiros. A seguir, estão demonstradas as

•	Con	troladora	Consolidado		
Ativo	2022	2021	2022	2021	
Sucursal Portugal - COESA Construção					
e Montagens S.A.	6.868	3.523	_	_	
Namíbia	529	529	_	_	
OAS Energy GMBH	_	_	165	_	
Sucursal Panamá	_	_	876	931	
Construtora COESA Guiné	_	_	6	28	
Construtora COESA Guiné Equatorial	_	_	_	1.349	
Construtora COESA Ghana LTD	_	_	113	113	
Sucursal Peru	_	_	9.055	9.211	
EPASA S.A.	_	_	4.590	4.667	
Sucursal Honduras	_	_	19	20	
Sucursal Panamá - COESA Construção					
e Montagens S.A.	98	98	_	_	
Sucursal Haiti	_	_	28	30	
Sucursal Costa Rica	_	_	134	145	
Sucursal Argentina	_	_	58	61	
Construtora COESA S.A.	3.405	6.578	3.419	6.592	
Sucursal Colombia	_	_	5	5	
COESA Participações e Engenharia S.A.	335.804	335.668	336.441	335.668	
Sucursal Bolívia	_	_	102	116	
Sucursal Uruguai			3	4	
Total	<u>346.704</u>	<u>346.396</u>	<u>355.014</u>	<u>358.940</u>	
Circulante	7.500	15.000	7.500	15.000	
Não circulante	339.204	<u>331.396</u>	347.514	343.940	
Total	<u>346.704</u>	<u>346.396</u>	<u>355.014</u>	<u>358.940</u>	

Aos Administradores e Acionistas da COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial - São Paulo - SP. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis is e consolidadas da COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamene compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas onstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líqui-

do e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações acima referias demonstrações contadeis individuais e consolidadas, as demonstrações acuma referendas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimoide e financeira, individual e consolidada, da COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e conso peração sudural em 31 de exzemior de 2022, y desemplem individual e conso-o de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as nor-

mas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting

	Contr	oladora	Cons	olidado		Conti	roladora	Con	solidado
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Passivo					Sucursal Peru	_	_	797	844
Construtora COESA S.A.	_	_	1.142	1.129	Sucursal Bolívia	_	_	3.333	3.565
COESA engenharia Ltda.	2.152	2.152	2.152	2.152	Construtora COESA Guiné Equatorial	_	_	1.110	3.008
OAS Energy GMBH	_	_	-	225	COESA Internacional S.A.	23.574	5.613	23.935	5.613
Construtora COESA Ghana LTD	_	_	180	207	COESA S.A.	654	220	655	220
Sucursal Portugal - COESA Construção					Total	26.380	7.985	43.842	28.033
e Montagens S.A.	_	_	1.462	1.803	Circulante				
EPASA S.A.	_	_	9.052	9.239	Não circulante	26.380	7.985	43.842	28.033
COESA Logística e Comércio Exterior S.A.	_	_	24	28	Total	26.380	7.985	43.842	28.033
7. Investimentos:		_	Sald	os em 31	/12/21 Mo	ovimentação		Saldos em	31/12/22

ti-	COESA Logística e Comércio Exterior S.A. –	- 24	28 Tota			<u>26.380</u>	<u>7.985</u> <u>43.84</u>	<u> 28.033</u>
10	7. Investimentos:	Saldos	em 31/12/21			Movimentação	Saldos	em 31/12/22
<u>m</u>			Provisão	Equivalência	Provisão	Ajuste de avaliação		Provisão
а-		Investimentos	para perda	patrimonial	para perda	patrimonial	Investimentos	para perda
s-	Participações no Brasil							
es	Sucursal Portugal - COESA Construção e Montagens S.A.	_	(1.282)	_	66	(806)	_	(2.022)
os	Sucursal Peru - COESA Construção e Montagens S.A.	_	(3.441)	_	(1.332)	25	_	(4.748)
9-	Sucursal Costa Rica - COESA Construção e Montagens S.A.	2.420		(191)	· -	11	2.238	
m	Sucursal Panamá - COESA Construção e Montagens S.A.	_	(6.783)	_	_	441	_	(6.342)
or	Namíbia - COESA Construção e Montagens S.A.		(1.364)			<u>175</u>		(1.189)
ie `	Total	2.420	(12.870)	(191)	(1.266)	(154)	2.238	(14.301)
5-								

		Depreciação	Saldo	Saldo	depreciação
Controladora	Custo	acumulada	líquido	líquido	% a.a.
Máquinas e equipamentos	1.723	(586)	1.137	1.292	10
Móveis e utensílios	1	(1)	_	52	10
Hardware	68	(11)	57	_	20
Veículos	1.817	(1.816)	1	14	20
Outros	227	(35)	192	196	
Total	3.836	(2.449)	1.387	1.554	
			2022	2021	Taxas de
		Depreciação	Saldo	Saldo	depreciação
Consolidado	Custo	acumulada	líquido	líquido	% a.a.
Máquinas e equipamentos	3.720	(2.337)	1.383	1.940	10
Móveis e utensílios	1	_	1	1	10
Hardware	99	(23)	76	82	10
Veículos	1.817	(1.817)	_	11	20
Outros	221	(37)	184	194	
Total	5.858	(4 214)	1 644	2 228	

2022

2021

	Cont	roladora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Saldo inicial	1.554	1.537	2.228	2.669	
Adições	-	158	_	158	
Baixas, líquidas de depreciação	29	(107)	(10)	(106)	
Depreciação	(196)	(34)	(583)	(433)	
Variação cambial	_	_	9	(60)	
Transferência para disponível para venda					
Saldo final	1.387	1.554	1.644	2.228	
A Companhia não identificou indicadores que	pudessem	reduzir o	valor de real	i <mark>zação d</mark> e	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado:

ativos em 31 de dezembro de 2022 9. Fornecedores: Parte do saldo a pagar a fornecedores está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo sido novados pelo Plano nas classes de (Nota 1.1), conforme demonstrado a seguir Controladora

	2022	2021	2022	2021
Créditos de Fornecedores sujeitos				
ao Plano (Nota 1.1)	33.751	1.737	33.751	1.737
Títulos a Pagar	213	47.678	213	47.678
Demais créditos	14.315	11.903	15.296	14.223
Total	48.279	61.318	49.260	63.638
Circulante	14.315	11.903	15.296	14.223
Não Circulante	33.964	49.415	33.964	49.415
Total	48.279	61.318	49.260	63.638
Créditos de fornecedores: Com o deferimento	do Plano,	em 22 de	outubro	de 2021, e

posterior homologação do mesmo em outubro de 2022 os créditos dos fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores. 10. Tributos e contribuições a recolher:

Controladora

Consolidado

	2022	2021	2022	2021
PIS	717	375	717	375
COFINS	4.003	2.307	4.003	2.307
ISS	1.012	781	1.012	781
INSS	2.406	1.351	2.858	1.786
IRRF	434	152	1.191	850
Outros	20.448	25.228	20.932	25.661
Total	29.020	30.194	30.713	31.760
Circulante	8.440	6.732	10.133	8.298
Não circulante	20.580	23.462	20.580	23.462
Total	29.020	30.194	30.713	31.760
11. Empréstimos e financiamentos:				

<u>Financiamentos</u>	Moeda	financeiros anuais	<u>Vencimento</u>	2022	2021
Conta garantida	Soles	6,00%	2021	1.970	1.969
CCB Money Plus	R\$	120% CDI	2023	8.403	
Total				10.373	1.969
Passivo circulante				10.373	1.969
Passivo não circulante	•				
Total				10.373	<u>1.969</u>
A movimentação no período corrente é a seguinte: Consolidado					lidado
					2022
Saldo Inicial em 1 de ja	aneiro				1.969
(+) Captação					8.774
(+) Provisão de encarg	gos finance	iros			2.130
(-) Pagamento de prin	ıcipal				(2.204)
(-) Pagamento de juro	S				(296)
Saldo final em 31 de d					10.373
12. Provisões para co	ontingênci	as: A Companhia pos	sui autos de infr	ação e pr	ocessos

de natureza tributária e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Companhia, baseada em interpreta contestados nas esterias administrativa e judiciar. A companina, paseada en interpreta-ções dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autua-ções, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir: Risco de perda provável:

Contr	Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021	
587	587	587	587	
587	587	587	587	
		2022	2021	
		34.815	34.815	
		3.882	3.882	
		21.815	21.815	
		60.512	60.512	
processo de nº 10314	4.720.152/	2019-61 no	valor de	
	2022 587 587	2022 2021 587 587 587 587	2022 2021 2022 587 587 587 587 587 587 587 587 587	

13. Patrimônio líquido: O capital social subscrito e integralizado está representado por e um milhões, cento e quatro mil enta e quatro ações de valor nominal R\$ 1,00 (hum real) cada. A Companhia foi constituída em 8 de agosto de 2013 com capital social subscrito e integralizado pela única acionista em R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. Em 1º de dezembro de 2014, a administração aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 301.105, mediante a emissão de 301.104.684 ações ordinárias, nominativas e sem valoi nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Metha. Em 28 de fevereiro de 2021, a Metha aportou 140.405.813 ações da Companhia na COESA P&E, correspondente a 46,63% do capital social inte-gralizado, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa terceira. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia, sendo 160.698.971 ações correspondente a 53,37% do capital social integralizado. <u>Distribuição de lucros:</u> A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social: (i) 5% (cinco por cento) será destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; (ii) formação de re-

servas para contingências, caso haja necessidade; (iii) constituição de reservas de lucro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Em Re-Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financ rações contábeis individuais e consolidadas: Estoques: A Companhia possui registrado na em 31 rubrica "Estoques", no ativo circulante, o montante de R\$ 10.307 e R\$ 10.494. individua e consolidado, respectivamente, o qual não pôde ser validado, pela ausência de controles individualizados que demonstrassem a movimentação dos itens entre as datas do inven tário físico e do fechamento contábil. Consequentemente, não nos foi possível, nas cir cunstâncias, concluirmos sobre a adequação das quantidades e, consequentemente, do saldo e custos dos estoques, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis in dividuais e consolidades. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Ausência de recebimento de circularizações de instituições

a realizar, se for o caso, na forma prevista na legislação; (iv) pagamento de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas nos itens "i", "ii" e o saldo restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral

14. Receita líquida:		roladora		nsolidado
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	52.667	97.047	52.667	97.047
Impostos incidentes sobre a receita Receita líquida	<u>(2.999)</u> 49.668	<u>(6.624)</u> 90.423	<u>(2.999)</u> 49.668	(6.624) 90.423
15. Demonstração do resultado por nature		ntroladora		nsolidado
	2022		2022	2021
Gastos com pessoal e terceiros	(30.927)	, ,	(31.486)	(59.272)
Gastos gerais Alugueis	(3.228) (6.246)		(3.111) (6.316)	(7.994) (8.427)
Utilidades e serviços	(519)		(520)	(828)
Remuneração do pessoal-chave da administr		(578)	(020)	(578)
Participações de empregados	·	(61)		(61)
Materiais de consumo e aplicação	(7.931)		(7.931)	(18.555)
Custo de mercadoria vendida Depreciação e amortização	(196)	(133)	(583)	(133) (434)
Viagens e representações	(1.697)		(1.697)	(328)
Impostos e taxas	(906)		(910)	(921)
Provisão para redução ao valor			(/	(- /
recuperável ("impairment")	573	()	573	(427)
Ganho (perda) na venda de imobilizado Despesas operacionais	20 (6.848)		20 (8.115)	12 (4.749)
Provisão/Reversão para perda de investiment			(0.113)	(4.743)
Outras receitas (despesas), líquidas	298		312	210
Total	(58.873)			(102.485)
	(443)		(443)	(00.007)
Custos dos serviços prestados Despesas gerais e administrativas	(46.045) (5.150)		(46.045) (6.130)	(90.067) (7.147)
Outras receitas (despesas), líquidas	(7.678)		(7.589)	(5.271)
Total		(101.348)		
16. Resultado financeiro:		roladora		nsolidado
Receitas financeiras	2022	2021	2022	2021
Juros recebidos ou auferidos: Sobre títulos a receber	_	68	681	347
Descontos obtidos	26.596	184	26.122	184
Subtotal	26.596	29.080	26.803	29.486
Despesas financeiras				
Juros pagos ou provisionados:	(0.00)	(0 = 40)	(070)	(0 = 10)
Sobre fornecedores Sobre obrigações fiscais e sociais	(663)	(2.746)	(678)	(2.746)
Sobre obrigações liscais e sociais Sobre empréstimos e financiamentos	(2.603)	(3.766) (923)	(2.704)	(3.766) (923)
Despesas bancárias	(72)	(28)	(72)	(35)
Fianças bancárias	` _	(240)	` _	(240)
IOF	(165)	(1)	(164)	(1)
Subtotal	(3.610)	(7.781)	(4.383)	(8.473)
Total 17. Imposto de renda e contribuição social	22.986 Cont	21.299 roladora	22.420	21.013 nsolidado
17. Imposto de renda e contribuição social	2022	2021	2022	2021
Resultado contábil antes do imposto de renda				
e contribuição social	12.324	8.951	12.324	8.951
Alíquota combinada do imposto de renda	0.407	0.40/		0.40/
e contribuição social Imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	34%	34%	34%
às alíquotas da legislação	(4.190)	(3.043)	(4.190)	(3.043)
Ajuste no lucro (prejuízo) que afetam	(4.100)	(0.0-10)	(4.100)	(0.040)
o resultado do período:				
Adições permanentes	(4)	(4)	(4)	(4)
Despesas não dedutíveis Equivalência patrimonial	(1)	(1) 42	(1) 65	(1)
Provisão para perdas em investimentos	(430)	(525)	- 05	_
Reversão do efeito do prejuízo	(/	()		
das investidas no exterior	-	-	(517)	(525)
Exclusões permanentes				
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	_	_	22	42
(–) Imposto de renda e contribuição social	_	_	22	42
não reconhecidos	(13.841)	(1.969)	(13.754)	(2.317)
(-) Provisão para não realização de IR e CSLI		<u>1.393</u>	14.270	<u>1.393</u>
Imposto de renda e contribuição social		(4.400)		(4.400)
no resultado	15.108	<u>(4.103)</u> roladora	15.108	(4.103) nsolidado
Ativos	2022	2021	2022	2021
Provisão para perda de Investimento	3.612	3.612	3.612	3.612
Prejuízo fiscal e base negativa	11.507	11.507	11.507	11.507
Outras provisões temporárias	2.783	2.784	2.783	2.784
Subtotal	17.902	17.903	17.902	17.903
(–) Compensação com o passivo Total	(11.211) 9.454	<u>(6.396)</u>	(11.211) 9.454	<u>(6.396)</u>
Passivos	0.404		0.404	
Lucro diferido de obras	(1.409)	(1.409)	(1.409)	_(1.409)
Subtotal	(11.211)	(11.211)	(11.211)	(11.211)
(–) Compensação com o ativo	11.211	6.396	11.211	6.396
Total		(4.815)		<u>(4.815)</u>
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos	10.292	_	10.292	_
Imposto de renda e contribuição social,				
diferidos passivos		(4.815)		(4.815)
Total	10 202	(4.815)	10 202	(4.815)

18. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou tos financeiros describationes describations describation describations describations describations describations descri 2 (4.815) tos financeiros, descritos a seguir: **Gerenciamento de riscos:** A Companhia possui ope necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Ad-ministração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa. Valor de mercado dos instrumentos financeiros: O valor de mercado do caixa e equiva de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber e passivo circulante são coincidentes com o saldo contábil e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam instrumen tos financeiros derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis. 19. Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade 20. COVID-19: A Companhia continua observando o cenário econômico com foco nos impactos da pandemia e, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia. 21. Eventos subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.

Contador: Fernando Silva Santos - CRC BA - 023425/O-0

financeiras: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresenta valor a pagar de financiamentos no montante de R\$ 10.373. Não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirma-ções externas (circularizações) enviadas às instituições financeiras e agentes fiduciários Em que pese termos realizado testes alternativos de auditoria e examinado os saldos Em que pese entros tealizado testes atenhativos de adultoria e examinado dos saduos registrados, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras e agentes fiduciários, materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacio: nal: Recuperação Judicial: Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação continuá →



→ continuação



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial

econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Ênfases: Realização do saldo de partes relacionadas: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta na rubrica "Partes relacionadas", no passivo, os montantes de R\$ 26.380 e R\$ 43.842, individual e consolidado, e no ativo, os montantes de R\$ 346.704 e R\$ 355.014, individual e consolidado, cuja realização depende principalmente de reestruturações societárias por meio de sua controladora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial, e da transferência de outros ativos do Grupo COESA, que ocorrerá após determinadas condições previstas pela administração serem cumpridas. A realização do montante acima dependerá do sucesso do cumprimento dessas condições. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Investimentos: Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 às demonstrações contábeis individuais, a Companhia possui registrado na rubrica "Investimentos". o montante de R\$ 2.238 e R\$ 14.301. ativo e passivo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022. No entanto, até a presente data, não recebemos a totalidade das conciliações, motivo pelo qual não tivemos como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, individuais, sobre o montante. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das de-

avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorcões podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e

monstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela adminiscontinuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direcão, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas São Paulo, 20 de abril de 2023

> Senso Auditores Independentes - CRC nº 2SP 005977/O-9 - CVM nº 7307 Guilherme Rocha Castro Soares - CRC nº 1SP 290.834/O-4